



Câmara Municipal de Vereadores de Panelas – PE

CASA LOURIVAL LUCENA GALVÃO CNPJ Nº 08.762.049/0001-93

UNIDOS EM BUSCA DE SOLUÇÕES PARA SEU POVO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2024

A **CÂMARA DE VEREADORES DE PANELAS**, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará contratação com fulcro na **Lei Federal nº 14.133/21** e que no período das **08:00h** do dia **01/04/2024** até às **08:00h** do dia **15/02/2024**, **receberá propostas juntamente com documentos de habilitação**. As propostas serão julgadas pelo **menor preço GLOBAL**, modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, consoante as condições estabelecidas neste Edital e em conformidade com a solicitação do Setor Demandante.

PREFERÊNCIA ME/EPP: SIM

PREFERÊNCIA REGIONAL: SIM

Horário da abertura do recebimento das propostas: **08:00h (horário de Brasília) do dia 01/04/2024.**

Horário de encerramento de recebimento das propostas: **08:00h (horário de Brasília) do dia 15/04/2024.**

Horário de abertura da fase de lances: **10:00h (horário de Brasília) do dia 15/04/2024**

Endereço eletrônico para formalização de consulta:
licitação.camara.panelaspe@gmail.com

Responsável pela Contratação: Câmara Municipal de Panelas

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E MONTAGEM DE SISTEMA DE MICROGERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA CONECTADOS À REDE (TIPO ON-GRID), DE POTÊNCIA 30,36 KWP, INCLUINDO COMISSONAMENTO, TESTES, COLOCAÇÃO EM OPERAÇÃO E EFETIVAÇÃO DO ACESSO JUNTO À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA LOCAL, DEMAIS ETAPAS NECESSÁRIAS PARA A IMPLANTAÇÃO, O TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS PELO PRAZO DE 1 (UM) ANO, NA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PANELAS/PE, CONFORME QUANTIDADES, CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS**, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência.



Câmara Municipal de Vereadores de Panelas – PE

CASA LOURIVAL LUCENA GALVÃO CNPJ Nº 08.762.049/0001-93

UNIDOS EM BUSCA DE SOLUÇÕES PARA SEU POVO

1.2. As descrições detalhadas, dos serviços a serem contratados estão contidas no Anexo I (Termo de Referência) deste instrumento convocatório e deverão ser minuciosamente observados pelos licitantes quando da elaboração da proposta.

02. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. A regra geral trazida pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, inciso XXI, é que a contratação de obras, serviços, compras e alienações deverá ser precedido de devido processo licitatório, que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, e obedecendo aos princípios que regem a Administração Pública e aos princípios que disciplinam os processos licitatórios.

2.2 O motivo maior da existência da licitação pública é o respeito ao Princípio Constitucional da Isonomia, uma vez que o Contrato Administrativo decorrente da licitação pública vem ao final trazer benefícios econômicos ao contratado e, por esse motivo, todos aqueles potenciais interessados em contratar com a Administração Pública devem, nos termos da legislação vigente, ser tratados de maneira isonômica por parte da Administração Pública.

2.6. Assim, com supedâneo no princípio finalístico, o presente aviso almeja obter propostas adicionais de eventuais interessados, para fins de seleção daquela mais vantajosa no desiderato de, posteriormente, celebrar contratação baseada Nova Lei de Licitações e Contratos.

2.7. LEGISLAÇÃO PERTINENTE: Constituição da República Federativa do Brasil, Artigo 37: Regula a atuação da Administração Pública, Lei Nacional nº 14.133, de 01/04/2021: Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006: Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e altera outros dispositivos legais, alterada pela Lei Complementar nº. 147 de 07 de agosto de 2014, Lei Federal nº 12.846, de 01/08/2013: Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências, Decreto Federal nº 6.204, de 05/11/2007: Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as Microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal e demais normas aplicadas a espécie.

03 DA JUSTIFICATIVA

3.1. A contratação pretendida justifica-se como a necessidade de promover a melhor prestação de serviços à população. Neste sentido, faz-se necessário, a fornecimento e

Rua 04 de Outubro, s/n, Centro, Panelas – PE. Tel. (081) 3691-1173



Câmara Municipal de Vereadores de Panelas – PE

CASA LOURIVAL LUCENA GALVÃO CNPJ Nº 08.762.049/0001-93

UNIDOS EM BUSCA DE SOLUÇÕES PARA SEU POVO

montagem de sistema de microgeração de energia solar, visando em suma, a eficácia das demandas de sustentabilidade por meio da utilização de uma fonte renovável de energia, além da obtenção de uma redução significativa no custeio relativo ao consumo de energia elétrica.

3.2 Essa contratação visa à redução das despesas de custeio, uma vez que a utilização de energia fotovoltaica suprirá toda a necessidade de energia elétrica, proporcionando uma redução imediata no valor das faturas mensais.

3.3. Do ponto de vista ambiental, considerando os altos níveis de radiação solar da localidade onde se situa a sede da Câmara, alvo desta contratação, a geração de energia elétrica por meio de uma fonte limpa e renovável, a solar, contribui para a redução dos impactos no meio ambiente, reduz a emissão de gás CO₂, que atua negativamente para o efeito estufa, e atende aos critérios de sustentabilidade.

04 DA CONTRATAÇÃO E DO PAGAMENTO

4.1. O proponente melhor classificado e habilitado será convocado para assinar o instrumento de contrato, devendo fazê-lo no prazo máximo de até 02 (dois) dias consecutivos, contados a partir da data da convocação oficial (e-mail e/ou publicação no Diário Oficial e/ou correspondência com aviso de recebimento), sob pena decair o direito à contratação, podendo a Câmara Municipal convocar as demais empresas que atenderam à convocação e cumpriram os requisitos do edital.

4.2. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada e aceita pela Câmara Municipal.

4.3. O prazo de vigência da contratação e execução do objeto é de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/21.

4.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas durante a vigência do contrato.

4.5. O prazo para início da execução do objeto é de até 02 (dois) dias, contados da emissão da ordem de serviço.



Câmara Municipal de Vereadores de Panelas – PE

CASA LOURIVAL LUCENA GALVÃO CNPJ Nº 08.762.049/0001-93

UNIDOS EM BUSCA DE SOLUÇÕES PARA SEU POVO

4.6. O pagamento deverá ser realizado em parcela única, no final de cada mês, conforme a prestação dos serviços e da Nota Fiscal atestada pela Câmara Municipal, acompanhada do recibo.

4.7. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

4.8. A contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

4.9. As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

05. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. O valor estimativo se encontra no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

5.2. As despesas do objeto desta contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

PODER: 01 PODER LEGISLATIVO

ÓRGÃO: 01 CORPO DELIBERATIVO E SECRETARIA DA CÂMARA

UNIDADE: 00 CORPO DELIBERATIVO E SECRETARIA DA CÂMARA

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 01.031.0010.2001.0000 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA CÂMARA

DESPESA: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

FONTE DE RECURSO: 1.501.0000 – OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS

06. DA DELIBERAÇÃO

6.1. Considerando o acima exposto, FICA AUTORIZADO a publicação do aviso de licitação, no Portal de Compras Públicas, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, objetivando a obtenção de propostas de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

7. DA DOCUMENTAÇÃO

7.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do proponente detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de

Rua 04 de Outubro, s/n, Centro, Panelas – PE. Tel. (081) 3691-1173



Câmara Municipal de Vereadores de Panelas – PE

CASA LOURIVAL LUCENA GALVÃO CNPJ Nº 08.762.049/0001-93

UNIDOS EM BUSCA DE SOLUÇÕES PARA SEU POVO

sanção que impeça a participação nesta dispensa de licitação ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

7.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

7.3. A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.4. Caso conste na consulta de situação do proponente a existência de ocorrências impeditivas indiretas, a autoridade solicitante diligenciará para verificar se houve fraude.

7.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.6. O proponente será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

7.7. Constatada a existência de sanção, a autoridade competente reputará o proponente inabilitado, por falta de condição de participação.

7.8. Os interessados deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.9. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.10. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;

7.11. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada -EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;



Câmara Municipal de Vereadores de Panelas – PE

CASA LOURIVAL LUCENA GALVÃO CNPJ Nº 08.762.049/0001-93

UNIDOS EM BUSCA DE SOLUÇÕES PARA SEU POVO

7.12. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

7.13. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

7.14. No caso de Sociedade Advocatória: Ato constitutivo e/ou eventual alteração social devidamente registrada na OAB.

7.15. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

7.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

7.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.20. Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do proponente, bem como do respectivo Alvará;

7.21. A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.



Câmara Municipal de Vereadores de Panelas – PE

CASA LOURIVAL LUCENA GALVÃO CNPJ Nº 08.762.049/0001-93

UNIDOS EM BUSCA DE SOLUÇÕES PARA SEU POVO

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.22. Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial expedida pela Distribuição dos Feitos da Comarca Judicial da sede do licitante, em cujo teor reste consignado que o mesmo não se encontra em nenhuma das mencionadas situações em período não superior a 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento da documentação para habilitação.

7.22.1. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial referente aos processos distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede do proponente ou de seu domicílio;

7.22.2. A certidão descrita no subitem 7.22 somente é exigível quando a certidão negativa de Falência ou Recuperação Judicial do Estado da sede do proponente ou de seu domicílio contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

7.23. As empresas sediadas em Pernambuco e constituídas após a implantação do Sistema Judwin (PJE), que ocorreu em 11 de maio de 2016, poderão apresentar apenas as certidões descritas no item 08.05.03, obtidas através do link (www.tjpe.jus.br/certidaopje), devendo ser emitidas as certidões de 1º e 2º grau para fins de licitação.

7.24. Para as empresas sediadas em locais em que a verificação é centralizada, será aceita uma única certidão.

7.25. Em caso de Certidão Positiva de Falência com Efeito de Negativa, faz-se necessário que o documento mencione se a empresa já teve o plano de recuperação homologado em juízo e se está apto econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório.

7.26. Caberá ao interessado obter a Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, de acordo com as disposições normativas do respectivo Estado da Federação da sede do interessado ou de seu domicílio.

7.27. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios ou no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da



Câmara Municipal de Vereadores de Panelas – PE

CASA LOURIVAL LUCENA GALVÃO CNPJ Nº 08.762.049/0001-93

UNIDOS EM BUSCA DE SOLUÇÕES PARA SEU POVO

sociedade e ainda é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;

7.28. Certidão de Regularidade do Contador responsável.

ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO E/OU CAPACIDADE TÉCNICA

7.28. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da dispensa de licitação fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado para ambos, contendo razão social, endereço, telefone, CNPJ e quantitativos dos serviços executados ou de características similares (ATESTADO OPERACIONAL).

7.28.2. Para o engenheiro eletricista (ATESTADO PROFISSIONAL), comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da dispensa de licitação, regularmente emitido pelo Conselho Profissional competente.

7.28.5. Na comprovação da capacidade técnico-profissional, deverá ser demonstrado o vínculo deste com a empresa.

7.28.4. Potência mínima em ambos: 15 kWp.

7.28.5. Não será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

7.28.6. Registro ou Inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, em plena validade.

7.28.7. Registro ou Inscrição do profissional no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, em plena validade.

7.29. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

7.30. O proponente disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando quando requerido pela Autoridade Solicitante, dentre outros documentos, cópia do contrato e/ou Notas Fiscais que deram suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.



Câmara Municipal de Vereadores de Panelas – PE

CASA LOURIVAL LUCENA GALVÃO CNPJ Nº 08.762.049/0001-93

UNIDOS EM BUSCA DE SOLUÇÕES PARA SEU POVO

DAS DECLARAÇÕES

7.31. Declarações marcadas no sistema.

7.32. Declaração da Vistoria Técnica é documento indispensável.

7.33. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, o proponente será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

7.33.1. Admite-se a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente ao envio dos documentos de habilitação, podendo ser anexado documento ausente apto a comprovar que a exigência já era atendida pelo proponente quando da apresentação de sua proposta, porém, que não tenha sido apresentado junto com os demais documentos de habilitação e/ou da proposta por equívoco ou falha (Acórdão 1211/2021 – Tribunal de Contas da União).

7.34. Será inabilitado o proponente que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los, após as diligências cabíveis, documentação em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7.34.1. Na hipótese de o proponente não atender às exigências para a habilitação, A Câmara de Vereadores de Panelas, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.35. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o proponente será habilitado.

7.36. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

08. DA PROPOSTA EM GERAL

8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

8.2. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de



Câmara Municipal de Vereadores de Panelas – PE

CASA LOURIVAL LUCENA GALVÃO CNPJ Nº 08.762.049/0001-93

UNIDOS EM BUSCA DE SOLUÇÕES PARA SEU POVO

negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.3. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

8.4. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.5. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.6.1 Valor unitário e valor total do Item;

8.6.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

8.6.3. MARCA/FABRICANTE

8.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

8.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

8.9. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

8.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas, valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração.

8.11. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco) por cento do valor orçado pela administração, independentemente do regime de execução.

DA FASE DE LANCES



Câmara Municipal de Vereadores de Panelas – PE

CASA LOURIVAL LUCENA GALVÃO CNPJ Nº 08.762.049/0001-93

UNIDOS EM BUSCA DE SOLUÇÕES PARA SEU POVO

8.10. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.11. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

8.11.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.12. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto.”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

8.13. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.14. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 3 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

CLASSIFICAÇÃO

8.15. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.16. A proposta de preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, juntamente com as devidas planilhas de composições de custos e informações técnicas pertinentes ao objeto, tais como: fichas técnicas, folders, etc., no prazo de 3 (três) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.



Câmara Municipal de Vereadores de Panelas – PE

CASA LOURIVAL LUCENA GALVÃO CNPJ Nº 08.762.049/0001-93

UNIDOS EM BUSCA DE SOLUÇÕES PARA SEU POVO

8.17. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências.

8.18. Se classificada, será exigida a documentação de habilitação da empresa classificada.

09. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

9.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

9.2. O prazo para manifestar recurso é imediato após o término da sessão, sob pena de preclusão, o qual será aceito se devidamente justificado e, para posterior apresentação das razões recursais em fase única, de 03 (três) dias, contados a partir da lavratura da ata da última fase (habilitação ou julgamento).

9.3. O cometimento de irregularidades na execução do contrato administrativo sujeitará particular à aplicação de sanções administrativas, nos termos da Lei Nacional nº 14.133, de 01/04/2021.

9.4. Com fundamento na Lei Nacional nº 14.133 de 01/04/2021, com base no art. 156 da Lei 14.133/21, infrações administrativas previstas nesta Lei com as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

9.5. Qualquer contestação sobre a aplicação de multas deverá ser feita por escrito.

9.6. Fica eleito o Foro da Comarca de Panelas, Estado de Pernambuco para dirimir eventuais questões resultantes deste Aviso ou de sua interpretação, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Panelas/PE, 28 de março de 2024.

DENIVAL JOSÉ DE MELO
Presidente da Câmara



Câmara Municipal de Vereadores de Pannels – PE

CASA LOURIVAL LUCENA GALVÃO CNPJ Nº 08.762.049/0001-93

UNIDOS EM BUSCA DE SOLUÇÕES PARA SEU POVO

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ANEXO III (MODELO) – PROPOSTA COMERCIAL

À
CÂMARA MUNICIPAL DE PANNELS

Pregão Eletrônico nº 001/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E MONTAGEM DE SISTEMA DE MICROGERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA CONECTADOS À REDE (TIPO *ON-GRID*), DE POTÊNCIA 30,36 KWP, INCLUINDO COMISSIONAMENTO, TESTES, COLOCAÇÃO EM OPERAÇÃO E EFETIVAÇÃO DO ACESSO JUNTO À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA LOCAL, DEMAIS ETAPAS NECESSÁRIAS PARA A IMPLANTAÇÃO, O TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS PELO PRAZO DE 1 (UM) ANO, NA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PANNELS/PE, CONFORME QUANTIDADES, CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS.

A _____ (razão social), devidamente inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº. _____, com sede na _____ (endereço completo), telefone _____, e- mail: _____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, apresenta a seguinte **PROPOSTA** conforme o item e preço, estabelecidos no Aviso e seus anexos, conforme ainda condições no Termo de Referência, especificações mínimas.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E MONTAGEM DE SISTEMA DE MICROGERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA CONECTADOS À REDE (TIPO <i>ON-GRID</i>), DE POTÊNCIA 30,36 KWP, INCLUINDO COMISSIONAMENTO, TESTES, COLOCAÇÃO EM OPERAÇÃO E EFETIVAÇÃO DO ACESSO JUNTO À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA LOCAL, DEMAIS ETAPAS NECESSÁRIAS PARA A IMPLANTAÇÃO, O TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E	UND	1	R\$	R\$



Câmara Municipal de Vereadores de Panelas – PE

CASA LOURIVAL LUCENA GALVÃO CNPJ Nº 08.762.049/0001-93

UNIDOS EM BUSCA DE SOLUÇÕES PARA SEU POVO

	CORRETIVAS PELO PRAZO DE 1 (UM) ANO, NA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PANELAS/PE, CONFORME QUANTIDADES, CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS.				
VALOR GLOBAL:					R\$

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA POR EXTENSO: R\$ xx.xxx,xx (xxxxxxxxxxxx)

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS

Banco: XXXXX | **Agência:** XXXXX | **Conta-Corrente:** XXXXX | **PIX:** XXXXX

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Local, ____de____ de 2024.

CONTRATADA (CNPJ)

Nome Completo (CPF) - Representante Legal.